

**Estratégias discursivas por meio de orações
adverbiais introduzidas por como e se no português**
*Discursive strategies in adverbial clauses introduced by
como “as” and se “if” in portuguese*

Joceli Catarina STASSI-SÉ (Universidade Federal de São Carlos - UFSCar)

Erotilde Goreti PEZATTI (Universidade Estadual Paulista - UNESP)

RESUMO

Norteados pelo modelo teórico da Gramática Discursivo-Funcional (Hengeveld & Mackenzie 2008), este estudo trata de orações introduzidas por como e se que, embora apresentem a forma de uma subordinada adverbial, não dependem formalmente de uma oração principal. Para isso toma como universo de investigação o Córpus Projeto Português Falado - Variedades Geográficas e Sociais. A investigação mostra que essas construções são usadas no monitoramento da interação, para reativar, na memória do interlocutor, informações dadas no discurso (construções com como), e salvaguardar a face do Falante, como estratégia de preservação de face (construções com se).

Palavras-chave: *funcionalismo; subordinação; oração adverbial; estratégias discursivas.*

ABSTRACT

In the view of the theoretical model of Functional Discourse Grammar (Hengeveld & Mackenzie 2008), this study is about clauses introduced by “como”(as) and “se”(if) that present the form of an adverbial subordinated clause although they do not formally depend from a main clause. The universe of investigation is the Corpus of Spoken Portuguese Project-Social and Geographic Varieties. The investigation shows that these constructions are used in the monitoring of the interaction, to reactivate, in the memory of the interlocutor, given information from the discourse (constructions with “como”(as) and to save the face of the Speaker, as a strategy of face preservation (constructions with “se”(if).

Key-words: *functionalism; subordination; adverbial clause; discourse strategies.*

Introdução

Neste estudo, norteado pelo modelo teórico da Gramática Discursivo-Funcional (Hengeveld & Mackenzie 2008), investigam-se as construções introduzidas por *como* e *se*, que, embora apresentem a forma de uma subordinada adverbial, não se configuram como constituintes de uma oração principal.

Com o objetivo de contribuir para a sistematização dos estudos sobre a subordinação, busca-se determinar as propriedades pragmáticas, semânticas, morfossintáticas e fonológicas dessas construções, considerando seu domínio mais amplo de articulação entre orações, com a hipótese de que essas construções desempenham funções relacionadas ao discurso, mais especificamente ao monitoramento da interação (construções com *como*) e à preservação de face (construções com *se*).

Para cumprir essa proposta, toma-se como universo de investigação o Córpus Projeto Português Falado - Variedades Geográficas e Sociais, desenvolvido pelo Centro de Linguística da Universidade de Lisboa – CLUL (2009), em parceria com a Universidade de Toulouse-le-Mirail e a Universidade de Provença-Aix-Marselha. Os materiais estão publicados em CD-ROM, com o apoio editorial exclusivo do Instituto

Camões, sob o título *Português Falado – Documentos Autênticos: Gravações áudio com transcrição alinhada* e se acham disponíveis no site da internet http://www.clul.ul.pt/sectores/linguistica_de_corpus/projecto_portuguesfalado.php. Foram encontradas quinze ocorrências com *como* e quatro ocorrências com *se*, que serão objetos de análise deste artigo.

O texto organiza-se da seguinte maneira. Em primeiro lugar, discute-se brevemente a questão de independência oracional; em seguida, sob o escopo da Gramática Discursivo-Funcional, analisam-se as construções iniciadas por *como* e *se*, que não se subordinam a uma oração principal, definindo-se, por fim, o conceito de função interacional.

Independência Oracional

A análise do tipo de construção a que este estudo se dedica levanta uma série de discussões teóricas que envolvem a (in)dependência entre orações nos domínios da subordinação e da coordenação. Ao caracterizar esses domínios, no intuito de esclarecer em que âmbito se situa o fenômeno aqui estudado, faz-se imperativo verificar, primeiramente, sobre qual nível de dependência se está falando: formal, semântico ou pragmático.

Nas gramáticas tradicionais, quando há caracterização da dependência entre orações, o parâmetro formal apresenta-se como o mais utilizado. De modo geral, as orações subordinadas são vistas como aquelas que representam uma função sintática na oração principal, enquanto as coordenadas representam orações autônomas, independentes, que não funcionam como termos de outras orações, e nem a eles se referem. Nesse sentido, a oração subordinada é sempre entendida como dependente sintaticamente.

Ao investigar a questão da integração estrutural de uma oração em outra, Halliday e Hasan (1976) estabelecem distinção entre *dependência* e *integração estrutural*, defendendo que este termo é mais adequado do que *encaixamento*, já que este costuma não ser bem distinguido da hipotaxe. Sob essa ótica, encontra-se, entre as orações subordinadas em geral, um tipo que é dependente de outra, mas não estruturalmente integrado nela. Para os autores, a dependência pressupõe a existência

de oração dentro de outra oração, como ocorre com as orações hipotáticas, que mantêm sua identidade como oração, e servem como “alvo de pressuposição a partir de outra sentença” (Halliday & Hasan 1976: 196). Já a oração encaixada perde seu estatuto oracional, não operando, portanto, como um elemento da sentença, o que não nos permite dizer que ela depende de outra.

Autores como Matthiessen e Thompson (1988) consideram que orações subordinadas e orações principais não devem ser distinguidas em termos sintáticos, mas sim em termos do contexto discursivo em que se encartam, e, assim como Halliday (1985), propõem a diferenciação entre os processos de parataxe, hipotaxe e encaixamento; o primeiro referindo-se à noção de coordenação, o segundo, à noção de subordinação adverbial e o terceiro à noção de subordinação substantiva e adjetiva restritiva.

Reinhart (apud Thompson 1987), por seu turno, identifica dependência com a noção de *fundo*, obtido por meio do mecanismo de encaixamento sintático, ou seja, de subordinação. Desse modo, a oração subordinada representa a expressão de eventos considerados não-significantes. Observa, no entanto, que enquanto a *figura* depende do *fundo* para ser caracterizada, o fundo não depende da figura. Haiman (1983), por sua vez, relaciona o papel de *fundo* à independência, admitindo, no entanto, que fundo e independência motivam representações estruturais opostas. Entende o autor que a oração subordinada é independente em termos semânticos, mas exerce a função de fundo em termos informacionais. Decat (1999) utiliza os conceitos de Reinhart (*fundo*) e de Haiman (independência), para argumentar que a ocorrência isolada de uma oração subordinada se deve à independência do *fundo*.

Givón (1990) e Lehmann (1988), por seu turno, defendem a existência de gradiência entre as estruturas encaixadas, ou seja, diferentes graus de encaixamento, havendo, então, orações dependentes e não dependentes da oração principal. Lehmann (1988), partindo da noção de integração sintática, propõe critérios de *dependência* e de *encaixamento* para o estabelecimento de um *continuum* de orações, considerando três tipos de processos de combinação oracional: (i) parataxe, caracterizada pela independência entre as orações; (ii) hipotaxe, evidenciada pela interdependência entre as orações combinadas, havendo uma oração-

núcleo e uma ou mais orações com relativa dependência, as orações-satélite; (iii) subordinação (terminologia substituída geralmente por *encaixamento*) marcada pelo grau máximo de dependência, com uma das orações funcionando como constituinte de outra.

Dik (1997b), por outro lado, apresenta uma clara distinção entre coordenação e encaixamento. Coordenação (Dik 1997b: 189) consiste em dois ou mais membros, funcionalmente equivalentes, combinados no mesmo nível estrutural por meio de mecanismos de ligação. Isso implica que nenhum dos membros de uma construção coordenada é subordinado aos demais. Já construções encaixadas, ou subordinação, referem-se tanto a estruturas inseridas na posição de argumento, geralmente denominada como “complemento”, quanto a estruturas inseridas na posição de satélite, comumente referidas como “orações adverbiais” (Dik 1997b: 95).

Cristofaro (2003), no entanto, discorda dessa visão binária por julgá-la de natureza essencialmente morfossintática e por identificá-la como desenvolvida somente com base nas línguas indoeuropeias. Ao investigar aspectos particulares das relações de subordinação, a autora aponta problemas na proposta de Lehmann (1988), que, como vimos, para enquadrar as noções de dependência e encaixamento, sugere a existência de um *continuum*. Cristofaro defende a necessidade de se relacionar a subordinação e a não subordinação com outros parâmetros, além do encaixamento, devido à diversidade morfossintática advinda de diferentes línguas, já que há línguas que não apresentam orações subordinadas, codificando as relações semânticas e pragmáticas por meio de outros tipos de construção. Dessa forma, a subordinação deve ser considerada como o resultado de situações conceituais particulares, e não de fenômenos puramente sintáticos (Cristofaro 2003).

Cumprir lembrar que já gramáticos como Góis (1955) e Garcia (1982) também detectaram a existência de orações adverbiais sem oração principal. Entretanto, Góis (1955), diferentemente de Garcia (1982), registra esse tipo de ocorrência como uma “anomalia gramatical”, admitida por estabelecer relação com o período antecedente, considerando-a como mera continuação. Já Garcia (1982) reconhece esse tipo de estrutura como “caso de conflito entre a rigidez gramatical e a excelência estilística”, denominando-a de “frase fragmentária”.

A esse respeito o autor afirma que a gramática “mandaria procurar” a oração principal dessa construção, e argumenta: “Mas o trecho é, quanto a esse aspecto, inanalísável segundo os cânones gramaticais; não obstante, constitui forma de expressão legítima no português moderno” (Garcia 1982: 118).

Nesse prisma, Decat (1999) considera necessária a distinção entre: (i) orações dependentes que se relacionam com os fatos da gramática da língua, ou seja, aquelas cuja dependência é determinada pela escolha do item lexical e desempenham um papel gramatical em constituição com um item lexical; (ii) orações dependentes que representam opções organizacionais para o Falante. Segundo a autora, no primeiro tipo encontram-se as completivas e as adjetivas restritivas; enquanto no segundo, as adverbiais, desde que não sejam argumento do verbo, e as apositivas. É justamente nesse segundo tipo que se identificam as orações adverbiais independentes, designadas pela autora como *desgarradas*.

Para a Gramática Discursivo-Funcional (Hengeveld & Mackenzie 2008), uma reelaboração da Gramática Funcional de Dik (1997), a subordinação é um processo que acontece no Nível Morfossintático, quando uma oração ocorre como constituinte de outra (a principal), seja como argumento seja como modificador. As duas orações formam uma única Expressão Linguística, que, no Nível Interpessoal, corresponde a um único Ato discursivo. A coordenação, por seu turno, difere da subordinação, uma vez que a Expressão Linguística é constituída de duas ou mais orações independentes, isto é, sem relação de constituição entre elas, e cada qual corresponde, no Nível Interpessoal, a um Ato Discursivo. Como se vê, no aparato teórico aqui adotado, são claramente distinguidos os dois tipos de processos.

Utilizando-se desse modelo teórico (GDF), Garcia (2010), ao tratar das orações concessivas, defende a existência de um tipo de “concessiva independente”, que constitui um Movimento no discurso, com a função de preservar a face ou introduzir informações novas, contrárias ao que estava sendo dito. Essas concessivas independentes, ao interromperem o fio discursivo em um dado contexto, promovem a inserção de enunciados que acrescentam informações adicionais ao que estava sendo dito, em vez de restringir seu conteúdo (Barth 2000),

o que implica que não devem ser consideradas casos de subordinação morfossintática, mas sim construções que representam Movimentos, havendo, portanto, subordinação discursiva e não morfossintática. É essa a perspectiva assumida neste trabalho, pois entendemos que as construções aqui tratadas referem-se a um tipo de fenômeno que emerge no nível da organização do discurso, entre porções textuais maiores e não entre orações, conforme demonstraremos a seguir.

Construções introduzidas por *como* e *se*.

Neste estudo, tratamos das construções “independentes” introduzidas por *como* e *se*, conforme exemplificadas em (01) e (02):

- (01) -> inclusivamente famílias alargadas em que temos, eh, portanto, desde sobrinhos, sogros, ele, dessa mulher, enfim, cunhados e familiares que, **como sabemos**, eh, as famílias africanas são bastante alargadas, essa responsabilidade cai sobre os ombros da mulher. (GB95:MulherAfricana)
- (02) -> bom, quanto às meninas de rua, bom, a, o tempo em que nós estávamos a... ter contactos com as, com os rapazes, eh, os meninos de rua, bom, aquelas [...] eram consideradas, assim, como prostitutas, não é, posso assim dizer, eh, passe o termo. eh, nós protegíamos estas crianças devido também ao, à boa parte de caridade que nós temos, não é?, o amor, não é assim, bem, bem elevado, **se eu posso dizer**, porque, eh, eu, aconteceu o problema do, duma menina, esqueço o nome (...) (Ang97:Meninos de Rua)

Em (01), a oração [**como sabemos**] não se refere a uma oração principal anterior, mas sim a algo que foi dito muito antes da oração que antecede o trecho. Nesse caso, *como* protagoniza o papel de prefaciador uma inserção, de maneira a oferecer uma contribuição ao discurso, monitorando a atenção do Ouvinte para algo em específico que precisa ser ativado. Há nesse uso um apelo para se evocar o conhecimento compartilhado entre os dois interlocutores, instaurado durante a interação.

Do mesmo modo em (02), a oração [**se eu posso dizer**] não se refere a uma sentença anterior específica, mas ao conteúdo do predicativo *bem elevado*, e revela a intenção de atenuar esse conteúdo, que pode gerar discordância por parte do interlocutor.

Como se observa, essas duas orações constituem, na verdade, inserções parentéticas, nos moldes explicitados por Jubran (2002). Segundo a autora, inserções parentéticas

definem-se como uma das estratégias pelas quais os interlocutores articulam o texto falado, manifestando dados do processamento discursivo. [...]. Os parênteses, ocupando sempre uma posição intra-tópica, configuram-se como segmentos que promovem desvios momentâneos do quadro de relevância tópica de uma unidade textual. A definição de parênteses é, portanto, relacional: sua característica de elemento encaixado e desviante só se ressalta por contraposição a um contexto, recortado com base na dominância de um tópico discursivo. (Jubran 2002: 344-5)

Como inserções, essas construções constituem uma contribuição autônoma para uma interação em desenvolvimento. Além disso, permitem o desencadeamento de uma reação pelo Ouvinte, que poderia retrucar em (01) com *Não, eu não sabia*; ou em (02) com *Não é bem assim*.

Para a GDF, expressões linguísticas identificadas, em termos de seu estatuto interpessoal, como uma contribuição autônoma para uma interação em desenvolvimento, representam um **Movimento**, a camada mais alta do Nível Interpessoal, que pode abarcar um ou mais Atos discursivos.

O Nível Interpessoal trata dos aspectos formais da unidade linguística que refletem seu papel na interação entre Falante e Ouvinte. Esse nível envolve uma série de ações linguísticas governadas por uma estratégia global para obtenção do propósito comunicativo do Falante. Dessa forma, cada elemento dessa estrutura hierárquica representa (ou descreve) uma ação.

Em (01) e em (02), respectivamente, tanto [*como sabemos*] quanto [*se eu posso dizer*] representam ações discursivas para o alcance dos objetivos do Falante. Em outras palavras, são Movimentos, constituídos por um único Ato, que se caracterizam pela possibilidade de ser ou de desencadear uma reação. Sendo contribuições autônomas, essas construções desempenham um papel relevante dentro do discurso como um todo.

A análise das ocorrências do *cópus lusófono* mostra que construções como *como sabemos* em (01) e *como se eu posso dizer* em (02) refletem as intenções do Falante na construção do seu discurso, levando sempre em consideração a interação entre ele e seu interlocutor. Trata-se, portanto, de uma relação que se estabelece no nível pragmático.

A construção introduzida por *como* mostra a preocupação do Falante em resgatar, na memória do Ouvinte, informações consideradas dadas, seja por pertencerem ao conhecimento que se supõe partilhado acerca de um tópico, por ser reconhecido como conhecimento comum a uma comunidade e essencial para que os falantes possam decidir qual informação deve se manter explícita ou implícita, ou para que possam direcionar para quais fatos deve se chamar atenção (Tomasello 1999). É possível reconhecer o apelo ao conhecimento comum na oração *como sabemos* em (01) e na oração *como muitas vezes se diz* em (03). Em (04), por outro lado, há o resgate de informações já dadas no discurso, conforme revela a oração *como eu te disse*.

- (03) -> e lembram-se de alguns abusos que estas crianças tenham tido e que vocês tenham sido os verdadeiros protectores, **como muitas vezes se diz**, abusos sexuais, sobretudo contra as tais...sobretudo meninas? (Ang97:EnsinoAngola)
- (04) -> não, não gosto de jogo de bicho não. é um jogo muito legal mas eu não me adapto muito, não. não dou, não é questão de sorte, entendeu, é porque eu não gosto. entendo muito, mas não gosto. gosto muito, **como eu te disse**, é... corrida de cavalo, não é, que eu faço meu joguinho, ligo o rádio, escuto, torço, tudo. isso é que eu gosto. agora, jogo do bicho, lotaria esportiva, isso é um roubo! (Bra80:JogoBicho)

A construção introduzida por *se*, em contextos como (02), anteriormente apresentada, e (05), por sua vez, mostra que o Falante busca atenuar o conteúdo comunicado anteriormente, com o objetivo de preservar sua imagem social. Em (02), a oração *se eu posso dizer* indica a preocupação do Falante com a adequação do sintagma *bem elevado* ao contexto discursivo. Em (05), o Falante revela preocupação com relação ao uso do termo *reintegrada*, introduzido no Movimento anterior ao iniciado por *se*, com o qual se relaciona discursivamente. Trata-se, portanto, de uma função metadiscursiva, cujo objetivo é amenizar o uso de um termo, que pode ser interpretado como inapropriado pelo Ouvinte, e assim prejudicar a imagem social do Falante.

- (05) -porque isso também é um dos nossos objectivos de, portanto, que é da instituição, pro Movimento a vida e os direitos da criança com vista à sua autonomia na sociedade e à sua reintegração na sociedade, porque nós já vimos de, devido um certo tempo, não é, as crianças já estão totalmente assim bem, eh, reintegrada, **se eu posso dizer**, nós vimos que, não é?, eh, achamos conveniente reinseri-los para a família de, para as suas famílias. não é isso. (Ang97:Meninos de Rua)

Estamos, portanto, diante de uma estratégia de preservação de face, conforme propõem Brown e Levinson (1978). *Face* é entendida como a autoimagem pública que os adultos procuram proteger. Os autores (Brown & Levinson 1978:61) distinguem a face positiva, ou seja, o desejo de que sua autoimagem seja apreciada e aprovada por seu interlocutor, da face negativa, isto é, o desejo de que suas ações não sejam obstruídas por seu interlocutor. A face positiva se refere à autoestima, enquanto a face negativa se refere à liberdade de ação. Esses dois aspectos da face são básicos em qualquer interação social; por sua vez, em qualquer interação social, a cooperação entre os participantes é necessária para a manutenção das faces tanto do Falante quanto do Ouvinte. Para os autores, todos os atos que realizamos ameaçam a uma das nossas faces e, de maneira geral, os participantes de uma interação sempre buscam proteger a sua própria face e a de seu interlocutor.

Como fica claro pelos exemplos, as construções com *se* revelam ações discursivas, portanto, propositais, cujo objetivo é impedir a má interpretação do Ouvinte, o que poderá arranhar a imagem social do falante.

Funções interacionais

A GDF considera que as estratégias de natureza proposital que fluem da interação referem-se à *retórica* e à *pragmática*. A Retórica relaciona-se fundamentalmente aos modos pelos quais se ordenam os componentes de um discurso para a realização da estratégia comunicativa do Falante, e também às propriedades formais de enunciados que persuadem o Ouvinte a aceitar os propósitos do Falante. Assim, os aspectos de unidades linguísticas que refletem a estruturação global do discurso serão considerados *funções retóricas* (Orientação, Escla-

recimento, Concessão, Motivação, Aposição) que se aplicam a Atos Discursivos. Por outro lado, a Pragmática refere-se ao modo como os Falantes modelam as suas mensagens em relação às expectativas que têm do estado mental do Ouvinte. Isto determina as partes de uma unidade linguística que se apresentam como particularmente salientes: as que são escolhidas como ponto de partida do Falante e as que são consideradas compartilhadas pelo Falante e pelo Ouvinte. A influência desses aspectos sobre a estrutura das unidades linguísticas menores que o Ato Discursivo é rotulada *função pragmática* (Tópico, Foco e Contraste).

Como já demonstrado, em construções com *como*, a intenção do Falante é conchamar o Ouvinte a ativar em sua memória informações, importantes para seu objetivo comunicativo, que já foram dadas no discurso ou informações que são do conhecimento de mundo. No segundo, é preservar sua face, ao atenuar um conteúdo, impedindo ser mal interpretado pelo Ouvinte.

Nesse caso, não se trata das propriedades formais de persuasão do Ouvinte e nem do modo como se ordenam os componentes de um discurso para o alcance do objetivo comunicativo do Falante. Também não se trata do modo como o Falante modela as suas mensagens em relação às expectativas que têm do estado mental do Ouvinte. Como se pode observar, tanto as construções com *como* quanto as com *se* revelam a preocupação do Falante com o *monitoramento da interação*, para o alcance de seu objetivo comunicativo. Revelam-se, na verdade, como bem descreve Jubran (2002:546),

como um dos recursos pelos quais a atividade interacional se materializa no texto, contextualizando-o na situação de enunciação, de modo a promover uma conjunção entre o produto linguístico e o processo interativo, pela interferência dos dados pragmáticos na significação e na própria possibilidade de ocorrência das proposições tópicas. (Jubran 2002:546)

Dik (1997b: 383) apresenta várias estratégias discursivas¹ que atuam no monitoramento da interação para propiciar a criação e a ma-

1. As estratégias discursivas, a que Dik denomina funções dos constituintes extraoracionais, referem-se (i) ao monitoramento da interação; (ii) à especificação de atitudes; (iii) à organização discursiva; e (iv) à execução do discurso.

nutenção das condições interacionais que devem ser preenchidas para que um evento discursivo seja implementado com sucesso.

Essas considerações nos permitem propor, tal qual como ocorre com Atos Discursivos (funções retóricas) e Subatos (funções pragmáticas), a atribuição de funções para cada um desses Movimentos, a que denominamos *funções interacionais*, visto que estão diretamente ligadas ao monitoramento da interação: à que resgata, na memória do Ouvinte, informações já dadas, visando ao melhor desenvolvimento discursivo, nomeamos *Resgate*; à que, atenuando o conteúdo comunicado anteriormente, objetiva a preservação de face, chamamos *Salvaguarda*.

As Funções de *Resgate* e *Salvaguarda* situam os participantes da situação comunicativa frente às informações distribuídas no discurso, inserindo material linguístico de âmbito mais restrito, como se vê pelo uso de verbos *dicendi* e de verbos de conhecimento, servindo à interação com contribuições que mostram a preocupação do falante com o domínio que o interlocutor consegue ter dos temas que se desenvolvem no discurso (Dik 1997b).

No caso da função *Resgate*, *como* protagoniza o papel de prefaciador uma inserção, de maneira a oferecer uma contribuição ao discurso no sentido de monitorar a atenção do Ouvinte para algo em específico que precisa ser ativado novamente em sua memória. Há, nesse caso, um apelo de se evocar o conhecimento compartilhado, seja por informações de conhecimento de mundo seja por informações já dadas momentos antes na interação. Essa ação se manifesta por meio de um Movimento, que se traduz em uma inserção parentética, nos moldes propostos por Jubran (2006).

A função *Resgate* se identifica, portanto, com a classe parentética que tem como foco o interlocutor², já que o Falante se preocupa em fazer o Ouvinte acessar informações do Componente Contextual para dar sequência à cadeia temática.

Relaciona-se também à especificação das categorias semânticas estabelecidas por Kortmann (1997) em seu estudo sobre a subordi-

2. Para maiores informações consultar Stassi-Sé (2011).

nação adverbial nas línguas da Europa. O autor apresenta, dentro do âmbito Modo, a relação de Comentário/Acordo. Nesse tipo de relação, a construção adverbial expressa o comentário do falante sobre o conteúdo da oração principal, identificando a fonte da informação ou sua concordância com a opinião de alguém, com o objetivo de afirmar a verdade e a plausibilidade desse conteúdo, conforme exemplificado no exemplo do inglês, em (06).

- (06) As you Said, George has no children. (Kortmann 1997: 88)
Como você disse, o Jorge não tem filhos.

Reconhecemos, entretanto, que essa função pode ser desempenhada por uma construção que não esteja necessariamente vinculada a uma oração principal, ou seja, pode ocorrer, no domínio transfrástico, por meio de um Movimento.

No caso da função Salvaguarda em (02), o falante avalia que seu comentário pode causar algum tipo de estranhamento ou discordância do interlocutor, por isso introduz um parêntese, por meio da construção com *se*. Na verdade, essa ação constitui uma maneira de monitorar a interação, introduzindo um Movimento para atenuar o conteúdo do Subato atributivo *bem elevado* anteriormente expresso. Nesse caso, a intenção do Falante é a de preservar sua face. O Movimento introduzido oferece a oportunidade de o Falante corrigir o conteúdo que está trazendo no discurso. Esse tipo de ação linguística relaciona-se a uma das estratégias de polidez apresentadas por Brown e Levinson (1987).

Brown e Levinson (1987) entendem a polidez como uma atividade de preservação da face, pela qual é permitido ao falante atenuar os efeitos indesejados que um enunciado pode produzir durante uma situação comunicativa. Nesse sentido, o Movimento inserido atende às necessidades do falante em relação ao que ele mesmo projeta na interação com base nas informações pragmáticas que ele acredita que o ouvinte detém, remetendo-nos, desta vez, ao papel expresso pela classe parentética com foco no locutor (Jubran, 2006), diferentemente das inserções que constituem a função Resgate.

Oliveira (2004a), ao analisar a estrutura “se eu não me engano”, defende que esse tipo de condicional licencia uma estratégia de des-

comprometimento, ao permitir que o falante demonstre sua incerteza em relação ao Conteúdo Proposicional veiculado pela oração núcleo. Para a autora, o falante coloca seu enunciado sob o domínio do valor de incerteza, descomprometendo-se com a verdade dessa proposição e, por conseguinte, preservando sua face, caso seja constatada a não-verdade de seu enunciado. Defende ainda que as condicionais “se não me engano” podem estar passando por um processo de gramaticalização, já que, ao analisar os aspectos formais desse tipo de construção, verifica que se realizam como uma espécie de expressão cristalizada, sendo possível, inclusive, observar algumas diferenças entre essas condicionais e o que ela denomina de “condicionais comuns”.

As ocorrências de “se eu não me engano”, encontradas no *corpus*, confirmam a preocupação do falante em não se comprometer com o que enuncia. Diferentemente das construções com função Resgate, que assumem formatos diferentes em cada uma das ocorrências levantadas, sempre se referindo ao que já foi dado no discurso, o formato das estruturas de função Salvaguarda é sempre “se eu posso dizer” ou “se não me engano”, o que, de certa maneira, serve como indicativo de cristalização desses tipos de segmento.

As construções aqui enfocadas, no entanto, não se referem a uma oração principal em particular, como aponta Oliveira (2004a), mas sim a porções textuais maiores, que representam Movimentos presentes nos segmentos anteriores ou posteriores à construção iniciada por *se*. A estratégia de polidez, representada pela função de Salvaguarda, não se restringe à relação entre orações.

Os Movimentos com essas funções interacionais – Resgate e Salvaguarda – apresentam propriedades comuns, já que estão voltadas para a atividade de interação entre os participantes da situação comunicativa, e caracterizam-se pelo que segue.

Essas construções permitem a abertura de espaço para reação do interlocutor, evidenciada geralmente por meio de Atos Interativos como *não é?* e *sabe?*, como em (07).

- (07) L1- e aos treze anos lembra-se de algum drama, eh, como é que eram as noites, a sua sobrevivência e como é que conseguiu até hoje manter-se?
L2 -> bem, eh, naquel[...], na[...], naquele tempo, portanto, *como eu já antes tivera dito, não é?*, eu dormia hoje aqui, amanhã ali, às vezes, eh, portanto, dormia mesmo na rua assim ao ar livre. e mais tarde eu verifiquei que estava, estava, estava mesmo a caminhar muito mal, não é?, estava que nem um menino de rua e no entanto eu tive de fazer o esforço, poder trabalhar um bocadinho para ver se conseguisse um tecto para mim (Ang97:JovemGaspar)

A presença desses Atos Interativos delimita os Movimentos e mostra que essas estruturas são unidades de informação à parte, constituindo relações que ocorrem no nível pragmático. Observa-se maior concentração desses Atos em construções que, nas palavras de Jubran (2002), promovem desvios momentâneos do quadro de relevância tópica de uma unidade textual. A ocorrência em (07) exemplifica um desses casos, já que o Falante introduz um novo assunto ao tentar responder a questão efetuada pelo entrevistador.

Essas construções são também delimitadas por *marcadores de fronteira* (cf.: Dik 1997b, 386), ou seja, operadores e modificadores, que se colocam no início ou no final do Movimento. Os Marcadores de Fronteira assinalam os limites dos Movimentos que compõem os episódios discursivos e envolvem os meios que podem ser utilizados para assinalar o começo (*bem, bom, então* etc.) e o fim (*Ok, enfim*) dos vários movimentos. Os Iniciadores, precedendo o Movimento, servem para abri-lo. Esse é o papel do termo *então* em (08).

- (08) -> *então, como eu estava falando, então*, no direito romano, a mulher não tinha direitos. ela, ah, o di[...], o, a ca[...], a pessoa que ti[...], os que tinham capacidade de, de facto, que era capacidade de ter direitos de, direitos, assim, fora os direitos normais que todos têm que é direito de escola, educação, saúde, isso todos têm independente de ser débil mental, de ser... qualquer coisa. agora, depois tem os direitos, por exemplo, direito de montar uma fábrica, direito de, ah, é, assim, sabe, direito que envolve mais responsabilidade, mais coisa. então, a mulher não tinha, ah, os loucos e... dependia da idade, não é, no direito romano. que mais? (Bra80:MundoDireito)

Outra propriedade comum desse tipo de construção é a referência às pessoas do discurso (*eu, nós e você*), já que se trata da relação entre os participantes na interação, conforme se observa respectivamente em (09), (01) repetida aqui por conveniência, e (10):

- (09) -> eu fui para Porto Alegre mas, ah, eu fiquei em cida[...], hospedada numa outra cidade vizinha, **se não me engano**, (é) aí de Esteio, é perto de Canoas, é uma coisa assim, e, mas depois eu peguei, junto com o pessoal da, da Federal de São Carlos, nós fomos fazer os circuitos das, ah, das vinícolas, não é, então, Bento Gonçalves, toda aquela região de, ah, de vinícolas e tal, ah, a go[...] (Bra80:SurpresasFotografia)
- (01) -> inclusivamente famílias alargadas em que temos, eh, portanto, desde sobrinhos, sogros, ele, dessa mulher, enfim, cunhados e familiares que, **como sabemos**, eh, as famílias africanas são bastante alargadas, essa responsabilidade cai sobre os ombros da mulher. (GB95:MulherAfricana)
- (10) de facto, **como [você] afirmou**, eh, a situação política, eh, condicionou a situação linguística. antes o ensino do português era oficial, apoiado pela, governo e igreja, hoje está completamente banido. a situação actual, o aprendizagem do português foi ainda feito pela igreja, até mil novecentos noventa e dois, no Externato São José, que foi encerrado depois de doze de Novembro (TL99:Regras)

Para essas estruturas formadas por Movimentos, em que a um deles se aplica uma função interacional dentro do discurso como um todo, propõe-se, denominar *subordinação discursiva*, que parece bastante apropriada não apenas para os casos aqui investigados, mas para quaisquer outros que tenham a propriedade de conectar Movimentos com outras diferentes funções interacionais.

Embora as estruturas apresentadas se assemelhem formalmente a *orações subordinadas adverbiais*, tais construções, dadas as suas particularidades pragmáticas, semânticas e prosódicas, permitem o reconhecimento de propriedades diferentes das advindas de contextos prototípicos de subordinação adverbial.

Essas estruturas, como já evidenciado, não são constituintes de uma oração, ou seja, não fazem parte morfossintaticamente de uma oração principal representando uma oração subordinada adverbial, conforme propõe a GDF. Para a GDF, orações subordinadas se identificam na camada da oração e podem ocorrer como constituintes de outras orações, ou seja, podem ocorrer como complemento ou podem

ser também o predicado ou um constituinte modificador (adverbial ou adjetival) de outra oração. É possível distinguir dois tipos de relação de constituição: a relação núcleo-dependente, que ocorre entre um predicado e seus argumentos, independentemente de o predicado ser verbal, nominal ou adposicional, e a relação núcleo-modificador, que se refere à expansão de um núcleo com um modificador opcional. Há assim subordinação de oração argumento ou de predicado de oração. (cf.: Hengeveld & Mackenzie 2008).

Nos dados analisados, não encontramos uma oração principal imediatamente anterior ou posterior dentro da qual a estrutura aqui tratada configura um argumento ou modificador; o que sugere que essas estruturas não constituem casos de subordinação morfossintática. Os exemplos apresentados permitem verificar que essas construções relacionam porções textuais maiores que a oração, portanto, Movimentos, a camada mais alta no Nível Interpessoal, e impulsionam o discurso para frente, contribuindo para a relação interpessoal.

Propriedades semânticas das construções

Além dessas propriedades interpessoais apresentadas nas seções anteriores, observa-se, pela análise das ocorrências, que todas as construções constituem Conteúdos Proposicionais, a mais alta camada do Nível Representacional. Conteúdo proposicional, na GDF, é uma entidade de terceira ordem, ou seja, um construto mental, que não pode ser localizado no espaço nem no tempo, mas pode ser avaliado em termos de sua verdade e qualificado em termos de atitudes proposicionais (certeza, dúvida, descrença), ou em termos de sua origem ou fonte (conhecimento partilhado, evidência sensorial, inferência).

As ocorrências [**como sabemos**], em (01), e [**se não me engano**] em (09), repetidas aqui por conveniência, são exemplos de Conteúdo Proposicional, já que indicam certeza, no primeiro caso, e dúvida, no segundo.

- (01) -> inclusivamente famílias alargadas em que temos, eh, portanto, desde sobrinhos, sogros, ele, dessa mulher, enfim, cunhados e familiares que, **como sabemos**, eh, as famílias africanas são bastante alargadas, essa responsabilidade cai sobre os ombros da mulher. (GB95:MulherAfricana)

- (09) -> eu fui para Porto Alegre mas, ah, eu fiquei em cida[...], hospedada numa outra cidade vizinha, **se não me engano**, é aí de Esteio, é perto de Canoas, é uma coisa assim, e, mas depois eu peguei, junto com o pessoal da, da Federal de São Carlos, nós fomos fazer os circuitos das, ah, das vinícolas, não é, então, Bento Gonçalves, toda aquela região de, ah, de vinícolas e tal, ah, a go[...] (Bra80:SurpresasFotografia)

Como as construções aqui descritas constituem Movimentos no Nível Interpessoal, o não compartilhamento de participantes no Nível Representacional é frequente, o que indica maior autonomia e menor grau de integração entre as construções adjacentes, como demonstra (11), cujos participantes são *você, filme, letra de música, horário de aula*, mas o participante do Movimento Resgate é *eu*.

- (11) L1 - você incentivou para caramba, que além de você mostrar o filme, não foi assim só para a gente ver o filme. teve um fundamento, você fez aprender, ensinar para a gente também, vendo o filme... e a letra da música. pena que não deu, que o horário da aula foi muito pouco, não é, para gente assistir o filme inteiro, para o pessoal assistir que eu não assisti. então foi assim super legal. e ela, **como eu estava dizendo**
L2 - é.
L1 - me chamou a atenção. e eu por ser uma aluna quieta, não sou de mexer com ninguém, fiquei chocada com a atitude dela falei “poxa, tan[...], gosto tanto de inglês (Bra93:FestaEstudante)

Propriedades morfossintáticas das construções

Morfossintaticamente, esse tipo de construção constitui uma unidade usada de modo independente. Em termos de GDF, é uma Expressão Linguística, a camada mais alta do Nível Morfossintático, definida como qualquer conjunto, de pelo menos uma unidade, usado de modo independente. Essas construções constituem, portanto, unidades de sentido que não exibem dependência morfossintática, mas apenas pragmática, conforme mostra (12).

- (12) - e eu nunca fui. mas eu tenho uma vontade muito grande de conhecer. Olinda! ir a Maranhão, a São Luís, isso tudo. mas eu não sei, eu achei Minas uma maravilha. e depois, também por causa da diferença, sabe, eu acho que é muito diferente para quem viveu a vida inteira em termo de Rio de Janeiro, você sair daqui e pegar um lugar assim, assim, cinza, **como eu estou te dizendo**, com aquelas montanhas assim... (Bra80:ArteUrbana)

A análise mostra ainda a tendência de essas construções apresentarem formas verbais finitas, sempre no modo indicativo, conforme *como sabemos*, *como afirmou*, *como eu estava dizendo/falando*, *como eu já antes tivera dito*, *como eu estou te dizendo*, *se eu posso dizer*; o que reforça a autonomia morfossintática dessas estruturas.

Além dessa tendência morfossintática, os participantes das construções analisadas de modo geral são expressos em forma pronominal ou na desinência verbal, uma vez que se referem sempre aos participantes do discurso (Falante-Ouvinte), como se observa em *se eu posso dizer*, *como eu estava dizendo/falando*, *como eu estou te dizendo*, *como eu já antes tivera dito*, *como [você] afirmou*, *como sabemos*. É claro que a primeira pessoa do plural em *como sabemos*, expressa em (01), inclui o Falante, o Ouvinte e outros. O participante pode ser expresso também por um pronome de tratamento, como *senhor*, em (13). Vale ressaltar ainda que, embora não tenha aparecido no córpus analisado, é possível a ocorrência do participante de terceira pessoa, em forma lexical, como demonstra a adaptação de (01) em (01)a.

- (13) -> exatamente, sim. mas é, hoje, por exemplo, eh com a ciência avançada, **como o senhor sabe**, e, o animal pode ser filmado (CV95:Colecionismo)
- (01) -> inclusivamente famílias alargadas em que temos, eh, portanto, desde sobrinhos, sogros, ele, dessa mulher, enfim, cunhados e familiares que, **como sabemos**, eh, as famílias africanas são bastante alargadas, essa responsabilidade cai sobre os ombros da mulher. (GB95:MulherAfricana)
- (01)a -> inclusivamente famílias alargadas em que temos, eh, portanto, desde sobrinhos, sogros, ele, dessa mulher, enfim, cunhados e familiares que, **como disse a Maria**, eh, as famílias africanas são bastante alargadas, essa responsabilidade cai sobre os ombros da mulher.

Um aspecto importante a se observar com relação a essas estruturas é que a construção Resgate (iniciada por *como*) pode ter como participante o Falante (*eu*), o Ouvinte (*ocê*), ou o Falante, o Ouvinte e outros (*nós*); a forma verbal pode ser simples (*sabemos*, *afirmou*) ou complexa, com auxiliares aspectuais (*tivera dito*, *estou dizendo*, *estava*

dizendo/falando, no modo indicativo, presente (*sabemos, estou*) ou pretérito (*tivera, estava*). Apresenta, portanto, variação na forma.

Por outro lado, as estruturas com função Salvaguarda (iniciadas por *se*), apresentam menor variação: o participante é sempre o Falante (*eu*), a forma verbal pode ser simples ([*se não me*] *engano*) ou complexa (*posso dizer*), com auxiliar **modal** (*poder*), e sempre no indicativo presente (*posso, engano*). Esse aspecto nos leva a concluir que as construções Salvaguarda estão, de certa forma, mais gramaticalizadas do que as construções Resgate.

Propriedades fonológicas das construções

Por serem inserções parentéticas que ocorrem entre os Movimentos que compõem o discurso como um todo, essas construções são fortemente marcadas fonologicamente. Tenani (1997) identifica a tendência de construções parentéticas co-ocorrerem com aumento da velocidade da fala e mudança de tessitura (geralmente mais baixa ou mais alta do que as porções textuais anteriores e posteriores). É exatamente isso que se verifica nessas construções: distinções claras de tessitura e existência de pausa nas fronteiras inicial e final do Movimento, que delimitam o fim de um Movimento e o começo do subsequente, representada pela vírgula e pelo ponto final na transcrição da ocorrência (14):

- (14) (...) no segundo semestre, como é que você vai investir seu dinheiro para pagar logo o imposto de renda logo a seguir, não é, como é que fica? por exemplo, no meu caso. como é que eu vou pagar tudo isso, esse imposto todinho? se eu botar o dinheiro lá encostado, eu vou perder dinheiro. sou solteiro, com esse dinheiro todo, ele vão descontar logo na maior, não é, quarenta e dois por cento, não é?, **se eu não me engano**. um negócio desses não me interessa, que ele nunca vão me descontar. (Bra80:JogoBicho)

Essas características indicam independência fonológica entre os segmentos envolvidos, revelando também seu estatuto de autonomia prosódica. Em outras palavras, as Expressões Linguísticas aqui analisadas constituem, no Nível Fonológico, um Enunciado, a maior unidade de análise desse nível.

O Enunciado é topicalmente relacionado e caracterizado fonologicamente por apresentar tom relativamente alto na primeira sílaba proeminente e tom baixo na sílaba tônica final, comumente seguido por uma pausa significativa. Além de pausa, há alteração na tessitura e na velocidade. É o que se observa em (01) e (02), repetidos por conveniência:

- (01) -> enfim, cunhados e familiares que, *como sabemos*, eh, as famílias africanas são bastante alargadas, (GB95:MulherAfricana)
- (02) assim, bem, bem elevado, *se eu posso dizer*, porque, eh, eu, aconteceu o problema do, dum menina, esqueço o nome, (...) (Ang97:Meninos de Rua)

Considerações Finais

De tudo que foi apresentado, é possível resumir as propriedades dessas construções como segue:

- (i) São Movimentos, já que constituem uma contribuição autônoma para uma interação em desenvolvimento e podem ser ou desencadear uma reação, tendo sempre um efeito perlocutório;
- (ii) São usadas no monitoramento da interação, uma vez que se voltam para o bom desenvolvimento da relação Falante-Ouvinte.
- (iii) Sua função é interacional, determinada pragmaticamente para possibilitar:
 - a) O *Resgate* de informações, pois reativa na memória do interlocutor informações dadas no discurso. Volta-se para o Ouvinte.
 - b) A *Salv guarda* da face do Falante, como estratégia de polidez. Centra-se, portanto, no Falante.

Essas funções, Resgate e Salv guarda, são codificadas, no Nível Morfossintático, pela conjunção *como* e pela conjunção *se* respectivamente; conjunções também usadas para marcar a subordinação adver-

bial no Nível Representacional. Fonologicamente, são bem marcadas por meio da prosódia.

O domínio discursivo, determinante para esse tipo de construção, é hierarquicamente superior, em termos funcionais, aos domínios representacionais, morfossintáticos e fonológicos. Em outras palavras, essas construções se referem a um tipo de fenômeno que emerge no nível da organização do discurso, entre porções textuais e não entre orações. Dessa forma, fica bem clara a direção descendente – da intenção para a codificação – tão bem proposta pela GDF.

Como se pode concluir, as construções aqui investigadas não apresentam uma oração principal com a qual desempenham uma relação semântica estrita de modo/conformidade ou de condição a ponto de serem chamadas de orações subordinadas adverbiais modais/conformativas ou condicionais; logo, a elas não devem ser atribuídas essas denominações. Além disso, se essas construções não expressam relação de dependência formal e semântica com orações principais imediatamente anteriores ou posteriores, as conjunções que as encabeçam e as construções que as acompanham devem ter um uso diferente no discurso. Há que se destacar ainda que o uso das conjunções e das construções em foco relaciona-se ao nível e à camada a que a construção pertence: quanto mais alta a camada, mais alto o nível em que o fenômeno se determina, ou seja, passamos de um fenômeno morfossintático/representacional a um fenômeno interpessoal. Finalmente, sendo determinada no Nível Interpessoal, a dependência das construções em relação a porções textuais maiores acontece no âmbito do discurso, não no âmbito sentencial, o que aponta para uma subordinação com orientação discursiva.

Esse tipo de abordagem, orientada discursivamente, em um domínio diferente da subordinação oracional, representa um grande ganho para o tratamento da adverbialidade, propiciado pela análise do fenômeno à luz da teoria da GDF, que possibilita sistematizar, em diferentes níveis e camadas, esse tipo de construção.

Recebido em setembro de 2015

Aprovado em outubro de 2015

E-mails: jocelistassise@hotmail.com

pezatti@sjrp.unesp.br

Referências bibliográficas

- BARTH, D. 2000. "That's true, although not really, but still": expressing concession in spoken English. In.: Kuhlen, E.C. & Kortmann, B. (eds.). *Cause, condition, concession, contrast cognitive and discourse perspectives*. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, p. 411-37.
- BROWN, P. & LEVINSON, S. C. 1987. *Politeness: some universals in language usage*. Cambridge: Cambridge University Press.
- CRISTOFARO, S. 2003. *Subordination*. Oxford: University Press.
- DECAT, M. B. N. 1999. Por uma abordagem da (in)dependência de cláusulas à luz da Noção de 'unidade informacional'. *Scripta*, Belo Horizonte, PUC-MINAS, v. 2, n.4, 1º sem.: 23-38.
- DIK, S. C. 1997a. *The theory of functional grammar*. Part I: The structure of the clause. 2nd rev. ed.) Berlin / New York: Mouton de Gruyter.
- _____. 1997b. *The theory of Functional Grammar*. Part II – Complex and derived constructions. New York: Mouton de Gruyter.
- GARCIA, T. S. 2010. *As relações concessivas no português falado sob a perspectiva da Gramática Discursivo-Funcional*. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos – Área de concentração: Análise Linguística). UNESP, Campus de São José do Rio Preto.
- GARCIA, O. 1982. *Comunicação em Prosa Moderna*, Editora Fundação Getúlio Vargas, 10ª Ed.
- GIVÓN, T. 1990. *Syntax: A Functional-Typological Introduction*. V. II. Amsterdam/Philadelphis: Jons Benjamins Publishing Company.
- GÓIS, Carlos. 1955. *Método de análise (léxica e lógica) ou sintaxe das relações*. 20.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 192 p.
- HAIMAN, J. 1983. *Iconic and Economic Motivation*. *Language*, n.59, v.4, p.781-819.
- HALLIDAY, M.A.K. & HASAN, R. 1976. *Cohesion in English*. London: Longman.
- HALLIDAY, M.A.K. 1985. *An introduction to functional grammar*. London: Edward, Arnold Publishers.
- HENGEVELD, K. & MACKENZIE, L. 2008. *Functional Discourse Grammar: A typologically-based theory of language structure*. Oxford: Oxford University Press.
- JUBRAN, C.C.A.S. 2002. Para uma descrição textual-interativa das funções de parentetização. In: KATO, M. (org.). *Gramática do Português Falado*. v. V: Convergências. Campinas, SP: Editora da Unicamp.
- JUBRAN, C.C.A.S. & KOCH, I.G.V. 2006. *Gramática do Português Culto Falado no Brasil*. v I, Campinas, SP: Editora da Unicamp.

- KORTMANN, B. 1997. *Adverbial Subordination: A Typology and History of Adverbial Subordinators Based on European Languages*. Berlin, New York: Mouton de Gruyter.
- LEHMANN, C. 1988. Towards a typology of clause linkage. In: Haiman & Thompson (ed.). *Clause Combining in Grammar and Discourse*. Amsterdam: John Benjamins Publishing, p.181-225.
- MATTHIESSEN, C. & THOMPSON, S. 1988. The Structure of discourse and “subordination”. In: Haiman & Thompson (ed.). *Clause Combining in Grammar and Discourse*. Amsterdam: John Benjamins Publishing, p.275-329.
- OLIVEIRA, T. P. de. 2004a. *A manifestação da polidez nas orações condicionais*. 135 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto.
- STASSI-SÉ. 2011. Como muitas vezes se diz, como digo, como estava falando, um estudo da parentetização em variedades portuguesas faladas. *Guavira Letras*, Três Lagoas, v.12, n. 1: 73-87.
- _____. 2013. *Subordinação Discursiva no Português à luz da GDF: da organização do discurso ao monitoramento da interação*. Saarbrücken, Alemanha: Novas Edições Acadêmicas.
- TENANI, L. E. 1997. O fenômeno da parentetização na fala. *Caderno de Estudos Linguísticos*, São Paulo, v. 26: 787-93.
- THOMPSON, S. A. Subordination and Narrative Event Structure. 1987. In: Tomlin, Russel S. *Coherence and grounding in discourse*. Amsterdam: John Benjamins Publishing, p.435-54.
- TOMASELLO, M. 1999. *The Cultural Origins of Human Cognition*. Harvard University Press.